



PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DE SERGIPE

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, o(a) Advogado(a) abaixo qualificado(a), munido(a) de documento de identificação profissional, comparece perante o Poder Judiciário do Estado de Sergipe a fim de realizar seu credenciamento¹ para o PETICIONAMENTO ELETRÔNICO, resultando na criação de sua assinatura eletrônica, por meio de login de usuário e senha, de uso pessoal, intransferível e de sua inteira responsabilidade, habilitando-o(a) a acessar o PORTAL DO ADVOGADO, por meio do site do Tribunal de Justiça – www.tjse.jus.br, de logo manifestando ciência sobre os termos da Lei nº [11.419/2006](#), que dispõe sobre a informatização do processo judicial, e atos normativos que disciplinam procedimentos eletrônicos nos processos virtuais do Estado, como ocorre com a Resolução nº [037/2006 TJSE](#), e o Provimento nº [03/2009](#), que regulamenta o protocolo eletrônico de petições iniciais cíveis e criminais e a tramitação Eletrônica para o cumprimento de mandados pelo Avaliador-Executor de Mandados no âmbito do 1º grau de jurisdição do Poder Judiciário, todos disponíveis para consulta no Portal do TJSE.

Nome					
Possui Nome Social? SIM() NÃO()					
OAB nº			CPF nº		
Tel.	()	Celular		Fax	
E-mail					
Endereço				nº	
Complemento			Bairro		
CEP		Cidade		Estado	

_____ / _____, _____ de _____ de 20____.

ADVOGADO(A)

TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

Matrícula nº. _____ / Lotação: _____

¹ [Artigo 170-D § 2º da Consolidação Normativa Judicial](#): "O cadastro do operador do direito para acessar o Portal do Advogado/Defensor Público poderá ser efetuado de duas formas: I – Através do comparecimento pessoal a qualquer Secretaria Judicial ou Recepção de Fórum do Poder Judiciário munido do Termo de Credenciamento devidamente preenchido, disponibilizado no portal do Advogado/Defensor Público, juntamente com a identificação profissional contendo o número da OAB. II – Através do e-mail geserc@tjse.jus.br, com o envio da carteira da OAB digitalizada e do termo de credenciamento, devidamente preenchido e assinado eletronicamente, através do uso de certificação digital, emitida por autoridade certificadora credenciada junto à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil – na forma de lei específica...".